

O comércio das Luzes: procuradores e comerciantes no trânsito livresco (Lisboa – São Luís, 1799-1826)¹

ROMÁRIO SAMPAIO BASÍLIO*

Os estudos no Maranhão sobre o comércio e circulação de livros e impressos nos oitocentos se deparam com uma sensível ausência de trabalhos que se remetam ao tema. A inexistência de uma historiografia sobre o período, além de dialogar com as próprias linhas de escrita da História e suas temáticas, dá conta também das desconhecidas e recém delimitadas fontes.

Sobre a possibilidade de estudos como esse, trabalhos recentes (VILALTA, 1999; GALVES, 2010; ABREU, 2003; ALGRANTI, 2004) têm demonstrado um efetivo comércio livreiro na então colônia e a montagem de redes comerciais atlânticas com o estabelecimento de conexões das principais praças de comércio de Portugal e das províncias brasileiras. Outros trabalhos também se preocuparam em determinar as práticas letradas e a atuação da Coroa Lusitana no sentido de controle da produção e divulgação de ideias impressas. A criação, ainda na segunda metade do século XVIII, de órgãos de censura e sua permanência e aperfeiçoamento até a emancipação institucional do Brasil, evidencia o aparato dos mecanismos de controle e permitem mapear, de acordo com as diversas fontes analisadas, as ideias combatidas e censuradas.

Neste trabalho pretendo analisar alguns personagens envolvidos com o envio, seja por comércio ou transferências pessoais, de livros de Lisboa para São Luís. Utilizo as requisições da Real Mesa Censória – ANTT de 1799 a 1815 e uma renovada historiografia maranhense que trabalha com a política e economia da província dos setecentos para os oitocentos, assim como trabalhos clássicos que lidam, todos parcialmente, com o ambiente cultural e modos de cultura letrada no Maranhão. Destaco alguns agentes importantes revelados pela documentação, ‘vendedores de livros’, e suas conexões locais, sejam com pedidos pessoais ou em práticas comerciais.

¹ Este trabalho integra o projeto de pesquisa *Posse, comércio e circulação de impressos na cidade de São Luís (1800-1841)*, coordenado pelo professor Marcelo Cheche Galves (UEMA) e financiado pelo CNPq.

*Graduando do curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, bolsista de iniciação científica UEMA/CNPq. E-mail: romariosbasilio@gmail.com

De uma foz a outra: ‘vendedores’, ‘contratadores’ e ‘comerciantes’

O advento do comércio entre Portugal e o Brasil pode ser estudado desde os primeiros contatos com os grupos autóctones e as práticas de escambo; no entanto, se lançar o olhar sobre o período pombalino e seus desdobramentos percebe-se uma gama de trabalhos e de fontes que tornam, dentro dos vários argumentos apresentados, esse período cheio de peculiaridades. No interregno de 1750 a 1777 percebe-se, segundo perspectiva de Boxer (1969, p.316), grande impulso à ascensão social dos mercadores, numa evidente tentativa de Pombal de constituir uma rica classe comercial nacional, seja por meio das Compagnias de Comércio monopolistas ou de uma tentativa de melhora do status de ‘comerciante’ ante a sociedade lusa.

Não eram de todo harmônicas as relações entre comerciantes e populares, como aponta Boxer (1969, p.303); o autor apresenta como característico do Império marítimo colonial português as queixas populares contra os monopolistas e açambarcadores. Era um ambiente de desprezo pelo comércio e pela sua profissão que, segundo o autor, estavam enraizados na sociedade portuguesa; originavam-se na hierarquia medieval cristã que colocava o mercador abaixo das sete artes mecânicas: camponeses, caçadores, soldados, marinheiros, cirurgiões, tecelões e ferreiros. O mercador era considerado (BOXER, 1969, p.303/04.) “ como um indivíduo de classe média parasitário e explorador decidido a enriquecer a custa dos seus semelhantes (...)”.

Se lançar a pergunta, como Pombal consegue mudar essas noções, mesmo que parcialmente, no seio social, Boxer apresenta uma possibilidade. Com a criação das Compagnias de Comércio, os acionistas com mais de dez ações nessas empresas obtinham de imediato o ar de nobreza, um caminho para a melhora da imagem da profissão e seus homens.

Para além do status, levanto uma outra problemática que diz respeito às terminologias. Segundo Boxer (1969, p. 316-317)

(...) no princípio do século XVII, os termos “cristão-novo”, “mercador” e “homem de negócio” eram praticamente sinônimos, tanto na terminologia popular como nos documentos oficiais. Ao longo do século XVIII foi feita uma distinção entre homens de negócio, que eram essencialmente financeiros e usurários, e os mercadores e comerciantes vulgares que viviam geralmente nas suas lojas (...).

Como sugere o autor, o problema acerca das denominações desses homens de negócios apresentavam problemas não só diante de suas práticas, mas também de suas origens. Não se pode esquecer que as divisões internas dentro desses próprios comerciantes,

entendidos como um grupo social como sugere Pedreira (1995), também são cruciais para se entender suas práticas e como eles são documentados.

Nessa conjuntura o ‘comerciante de livros’ no Reino também não escapava a esse problemas de práticas e terminologias. As cisões internas eram aplacadas pela própria atuação real, diante dos privilégios e das diversas proibições. Segundo Manuela Domingos (2000, p. 58) existiam latentes conflitos em torno do conceito de ‘livreiro’; esse não era unívoco na primeira metade do XVIII e para entendê-lo é necessário inseri-lo dentro da lógica de uma vocabulário social, assim como pelas questões políticas de entorno.

A autora, ao analisar os anúncios de venda de Livros da Gazeta de Lisboa², identifica quatro tipo de terminologias relacionadas a profissão (DOMINGOS, 2000, p. 58/59). Os ‘livreiros’ eram os ‘examinados’ no ofício como encadernadores, pela labor técnico da produção, e atuavam em um ofício mecânico; possuíam privilégios reais desde o século XVI; os estrangeiros dedicados ao comércio de livros eram comumente designados de ‘Mercadores de livros’; os ‘cegos’, que pertenciam a Irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos, que se dedicavam ao comércio de papeis, folhetos, sem uma loja específica, com tendas nômades. Eram autorizados a vender ‘livros pequenos’, de tamanho igual ou menor a 4º e de preço máximo de 120 réis. Os ‘Vendedores de Livros’, vendiam em tendas volantes e em escadarias de igrejas e locais públicos. Se as denominações me parecem simples, não exatamente pelos termos, segundo a autora não o eram, pelo menos no âmbito das relações entre eles. Por volta do ano de 1765 ocorreram diversas lutas entre esses diversos agentes. Entre 1792 a 1794, esse conflitos se acirram e a atuação de um grupo contra outro sempre esbarrava nos privilégios reais e nos entraves sociais.

Para além dessas problemáticas é importante notar que já havia em Portugal linhas bem definidas de atuação desses comerciantes e seus ramos. O que destaque é a formação de uma grupo especializado nesse trânsito dentro do período entre 1760 e 1790 e do que Boxer aponta como aumento do ‘(...) comércio de mercadores portugueses com o Brasil, [que] por conta própria, se tornou cada vez mais atrativo (...)’ (1969, p.318).

Um pé lá e outro cá: os procuradores portugueses e a Praça de São Luís

² Principal periódico português fundado em 1715; conhecido com "Gazeta de Lisboa", ostentou diversos títulos ao longo de sua publicação. Será em 1727 que aparecerá pela primeira vez anúncios de venda de livros e estampas (DOMINGOS, 2000, p.55).

As figuras dos procuradores e sua atuação junto ao comércio livresco entre a metrópole e a colônia são essenciais para se entender os modos de negócios do ramo. Isso porque os comerciantes locais não tinham, até por questões logísticas, um trânsito tão freqüente entre a Capitania e o Reino que dialogasse com as requisições de envio de Livros apresentados à Real Mesa Censória (RMC). Nesse momento se revelam as conexões entre esses comerciantes que estavam, como se apresenta o comércio de outros gêneros, sujeitos à alianças e oscilações de mercado.

Os procuradores constituíam-se de comerciantes que não necessariamente eram livreiros. Marcia Abreu (2003, p.140) aponta que muitos deles não eram especializados no ramo e que negociantes de grosso trato também se envolviam com o comércio livresco. No período de 1799 e 1826, marcado pelas movimentações em torno da transferência da Família Real (1807-1808), da Revolução do Porto (1820) e do Movimento de Independência (1822-1823), alguns desses ‘homens dos livros’ se destacam na documentação preservada com maior presença e referência no envio para o Maranhão. Marcia Abreu (2003, p.141) aponta que entre 1769 e 1807 os principais procuradores de envio de livros para o Rio de Janeiro eram o francês Paulo Martin, Viuva Bertrand e João Francisco Rolland que também enviam livros para o Maranhão.

Os comerciantes locais que se envolviam nessas petições e no comércio de livro na capital da Província ainda estão sendo analisados na medida em que a documentação é revista. Alguns deles como *Antonio José Pinto*, identificado por Motta (2007, p. 93) como “negociante de grosso trato” da Província, solicita à RMC em 24 de Maio de 1826³ autorização para o despacho de um carregamento de livros com 12 títulos e 46 volumes. Dentre os títulos encontro, assim como na maioria das requisições, uma diversidade de gêneros que vão desde o romance *‘Piolho Viajante 4 vol.’*, livros de instrução *‘Thesouro de Meninas 4 vol.’*, bíblias e livros religiosos *‘Epistolas & Evangelhos 2 vol’*, e livros técnicos e de estudos *‘Diccionario Porrtuguez de Moraes 2 vol’*.

O procurador da petição onde Antonio José Pinto é o solicitante é assinado como “*Matins Irmões*”. Esses estão catalogados nas fontes portuguesas como como “mercadores de

³ IANTT, Real Mesa Censória, caixa 159.

livros” e que concentraram sua atuação no ramo livreiro, dentro da documentação preservada, entre 1816 até 1832 (CURTO, 2007,p.155).

A presença de Antonio José Pinto nesse ramo remete ao que João Fragoso caracteriza como diversidade de investimentos, sendo que “(...) o comerciante colonial nunca era de um ramo só” (1992, p. 325). Isso já havia sido apontado por Pedreira (1995) nos seus levantamentos sobre os homens de negócios da Praça de Lisboa desde a segunda metade dos setecentos até 1822. Percebo nos inúmeros levantamentos que faz o autor que todos os comerciantes investiam desde apólices de títulos, navios e fábricas até o comércio de livros.

No entanto, algumas outras possibilidades de trânsito de livros estão abertas; muitas não estão relacionadas estritamente ao comércio local, mesmo ligadas à comerciantes. Várias dessas solicitações poderiam ser pessoais e abrem caminho para os pedidos que esses procuradores atendiam de todas as partes da colônia⁴.

Nesse sentido apresento o caso da solicitação de *José Gonçalves da Silva*, o “Barateiro”, que em 4 de Fevereiro de 1796⁵ é citado numa requisição de envio de livros para o Maranhão. O comerciante é apontado por Motta (2007, p.93-99) como um dos mais ricos na virada dos oitocentos atuando em diversos ramos e por Viveiros como “ (...) o maior comerciante da praça maranhense (...)” (1954, p.163); iniciou suas atividades pelo comércio e depois atuou também no ramo agrário, como faziam os maiores investidores da época, e foi grande beneficiado das concessões de monopólios pelo Coroa, o que justifica, em parte, sua grande fortuna e os vultosos empréstimos que fazia a mesma.

No documento *José Martins da Costa* solicita à RMC o envio de “ (...) *hum Missal pa remeter pa Maram (...) / Cujo remete Pa Jose Gonçalves da Sa em o Navio / Ares Cappam Antoniere Martins*”⁶. A única obra só poderia ser retirada na Alfândega da ‘*Cidade do Maranhão*’, como se referiam a São Luís, pelo próprio *José Gonçalves da Silva*, o destinatário da obra. O procurador parece ser o dito José Martins, catalogado nas fontes como “impressor”, registrado nas documentações portuguesas em 1753 (CURTO, 2007, p.138).

⁴ O início dos anúncios no primeiro Jornal da província, ‘*O conciliador*’ (GALVES,2010, 130-132), apresentam comerciantes locais que oferecem a possibilidades de encomendas.O caso do ‘Barateiro’ e de outros agentes deixam claro essa prática anterior aos anúncios e evidenciam a penetração, pelo menos entre os letrados, da atuação desses mercadores de livros.

⁵ IANTT, Real Mesa Censória , caixa 159.

⁶ Muitos estudos da história do livro e da leitura no Brasil colonial estão voltados à compreensão em torno das obras circuladas, possivelmente lidas, e dos sentidos que elas evocam em um determinada conjuntura (desdobrando ou sendo desdobradas). Esse texto não tem esse objetivo, mas se me permito uma sugestão: já no final dos setecentos e inícios dos oitocentos, o “Barateiro” “(...) já em idade avançada”, nas palavras de Motta (2007, p.92) estaria, segundo concepção dos portugueses sobre os comerciantes, que discuto no início deste texto, necessitando realmente de ‘*hum Missal*’, obra com cânticos, preces e louvores típicos dos Católicos Apostólicos Romanos.

As petições não apresentam, com poucas exceções, o destinatário do envio. Quando o apresentam se refere a quem retirará na Alfândega da cidade o carregamento, como na solicitação que apresentei cima. É também o caso de *Ignacio Joze de Sampayo Freire de Andrade* que em 6 de fevereiro de 1796 envia para o Maranhão um amplo carregamento de livros a ser entregue à *Antonio Corrêa Furtado de Mendonça*⁷. Nesse documento, por exemplo, não se consegue estabelecer de imediato a relação entre os dois, para além do envio. Em outros se consegue perceber que se trata de parentes ou mesmo de comerciantes já conhecidos, como no caso do envio de *Joaquim Gomes da Silva Belfort* para *Manoel Gomes da Silva Belfort* em 19 de Agosto de 1816⁸.

Em alguns dos documentos o requerente, quando comerciante ou em outros casos, identifica sua atuação diante das obras. É o caso de *Joaquim Joze Baptista*⁹ em 13 de novembro de 1813¹⁰. Ao solicitar o envio de livros, com uma listagem com setenta volumes de uma única obra, o dito se identifica como '*Negociante da Praça desta Cid^{de}*'. Em outros casos especifica-se, por exemplo, que as obras são para venda e até mesmo o nome do navio e o capitão que as levará ao destino final.

Um personagem de grande envergadura surge na documentação. O dito *Manoel Antonio Teixeira da Silva* é um dos maiores requerentes de envio de livros para o Maranhão encontrado na documentação. Como solicitante identifiquei 33 petições¹¹. A primeira delas é em 18 de novembro de 1799 com uma enorme quantidade de Bíblias e cartilhas; durante todo o período, até sua última requisição em 7 de Novembro de 1826, não aparece como procurador, a não ser de seu próprio carregamento. Em algumas outras aparece como requerente de requisições com outros procuradores.

Desde o final do século XVIII até o início do século XIX, *Viúva Bertrand e Filhos* é registrada na documentação como procuradores de envio de livros. No mesmo período *João Baptista Reycend*, grande negociante português, é citado em consideráveis listagens. No caso dele em várias petições é citado como '*Mercador de Livros Nesta corte*'¹².

⁷Idem

⁸Idem

⁹Curto *et al* (2007, p. 124) apresenta dois agentes identificados pelo nome *Joaquim José*. Não posso afirmar que se trata do mesmo Joaquim Joze Baptista; no catálogo Joaquim Jose (I) é identificado como '*compositor de imprensa*' e *Joaquim Jose (II)* como '*Oficial Livreiro*', os dois no período de 1753 e 1768 respectivamente.

¹⁰IANTT, Real Mesa Censória, caixa 159.

¹¹Idem.

¹²Idem

A listagem de livros, *anexa* ou *junta*, vem na maioria dos casos a especificar o título, o autor, a quantidade por obra e, em outros, a cidade e o ano da publicação. Em alguns casos, metonímicos, o autor substitui a obra que podem, de acordo com a circulação da época, ser subtendida; ‘*Camões*’ e ‘*Virgilius*’ podem ser entendidas como suas obras mais importantes. Os títulos são escritos, geralmente, no idioma no qual a obra foi escrita. Nesse sentido poderá se fazer um levantamento dos principais idiomas, além do Português, nos quais essas obras eram comercializadas; deve-se relativizar, no entanto, que muitas obras, por preferências dos autores e por questões de erudição, possuíam o título em outro idioma do presente no corpo do livro. A maior parte das petições, com raríssimas exceções, se escrevia de Lisboa, já que ali estava instalado o tribunal censor, possuía o porto mais importante e a praça de comércio mais significativa.

Questões finais: as gentes do livro no Maranhão

No texto procurei demonstrar alguns modos das práticas comerciais livrescas, entre Portugal e o Maranhão, levantando alguns dos agentes envolvidos nesse comércio. Algumas desses evidenciam tanto o trato pessoal e comercial e demonstram a existência direta relação dos procuradores portugueses com os comerciantes maranhenses da Praça de São Luís.

O rápida e avulsa exposição que fiz neste texto evidencia, desde já, os caminhos a serem seguidos pela pesquisa. Identificados já alguns dos principais nomes dos comerciantes portugueses envolvidos no envio de livros e alguns aspectos de seus modos de atuação, evidencio o desafio posterior a este trabalho: investigar, em variadas fontes, para além da limitação que as requisições da RMC me colocam, o que posso chamar, numa dimensão menor em relação aos estudos sobre Portugal, das ‘*gentes do livro no Maranhão*’. Longe de querer lançar uma categoria de estudos e já ciente das discussões em torno dos comerciantes como grupo social, pretendo analisar como que estes comerciantes atuavam diante das imposições das legislações coloniais e do próprio Reino, diante dos órgãos de controle de circulação de ideias, se podem ser identificadas, nas obras enviadas, traços efetivos, já da nos oitocentos, de uma nova “cultura política” em torno dos livros e impressos.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Referências

ABREU, Márcia. **Os Caminhos dos Livros** . São Paulo: FAPESP, 2003.

ALGRANTI, Leila Mezam . **Livros de Devoção, Atos de Censura**: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821). São Palo: Hucitec: FAPESP, 2004. Estudos Historicos.

CURTO, Diogo Ramada et al. **As gentes do Livro**: Lisboa, século XVIII. Lisboa: BN, 2007.

DOMINGOS, Manuela D. **Livreiros de Setecentos**.Lisboa: BN, 2000.

FRAGOSO, João. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça marcantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

GALVES; Marcelo Cheche. **Ao Público Sincero e Imparcial** : imprensa e independência do Maranhão (1821-1826).Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2010.

_____. À sombra da Corte: impressos e público leitor no Maranhão In: CASTRO, César Augusto. **Leituras, impressos e cultura escolar** . São Luís: EDUFMA, 2010, p. 67-87.

MOTA, Antonia da Silva. **A Dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na Capitania do Maranhão**. Tese (Doutorado). UFPE: Recife, 2007.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vistismo (1755-1822)**: deferenciação, reprodução e identificação de um grupo social.Dissertação de doutorado em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, 1995.

VILLALTA; Luis Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura** :usos do livro na América Portuguesa. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. 640f. p.198 ss.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.